

# Paisagem-inovação-política: práticas contra-hegemônicas no Acampamento Cícero Guedes (MST)

Landscape-innovation-policy: counter-hegemonic practices at the Cícero Guedes Camp (MST)

Vanessa Sartori Rodi [I]  
Rubens de Andrade [II]

## Resumo

Desde a colonização no Brasil, os povos resistentes ao seu modelo agrário lutam pelo direito à terra, à produção agrícola alternativa e ao usufruto da paisagem. Tais prerrogativas indicam a possibilidade de paisagens híbridas na esfera rural, mostrando horizontes e favorecendo a produção saudável, a não exploração do trabalhador rural, além de políticas que contribuam para dirimir as desigualdades no campo. Coloca-se em discussão a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), focando nas paisagens que habitam e nas formas de sua apropriação. A matriz da reflexão sustenta-se a partir da análise do acampamento Cícero Guedes (MST), embasada na Avaliação do Desempenho do Ambiente Construído, tendo leituras da matriz da inovação em relação ao território e como pode implicar as paisagens do movimento.

**Palavras-chave:** paisagem rural; inovação; matriz da paisagem; acampamento; MST.

## Abstract

*Since colonization in Brazil, populations resistant to its agrarian model have fought for the right to land, alternative agricultural production, and usufruct of the landscape. Such prerogatives indicate the possibility of hybrid landscapes in the rural sphere and show horizons that favor healthy production, non-exploitation of rural workers, and policies that contribute to resolving inequalities in the countryside. The struggle of the Landless Rural Workers Movement (MST) is discussed in this article, focusing on the landscapes they inhabit and on their ways of taking possession of such landscapes. Our reflection is based on the analysis of the Cícero Guedes (MST) camp, grounded on the Performance Assessment of the Built Environment, with readings from the innovation matrix in relation to the territory to see how it can affect the movement's landscapes.*

**Keywords:** rural landscape; innovation; landscape matrix; camp; MST.



## Entre a pós-colonialidade<sup>1</sup> e a inovação

A tomada do território do Brasil por povos do além-mar estabeleceu uma configuração política, social e territorial de longa duração, resultando na imposição de seu modo de vida e de sua ideologia aos povos originários das terras do pau-brasil. A presença dessas imposições ainda na atualidade revela a convicção de trazerem consigo a civilização, tecnologia e inovação. Implementaram o sistema das *plantations*, iniciando uma cultura agrária no Brasil à base do cultivo da monocultura, do monopólio da terra e do trabalho escravo (Stédile, 2011). Esse avanço civilizatório se caracterizou pela exploração extrema da natureza local, a fim de usá-la para atingir objetivos econômicos focados na agroexportação para a metrópole colonizadora. Assim, o território rural no Brasil evoluiu para o sistema de latifúndio com a Lei das Terras de 1850, instaurando o valor mercantil das terras agrícolas e transformando-as em propriedade privada.

Os resultados de tais processos “inovadores” levaram à formação de paisagens de disputa e revolta por parte dos povos que foram expulsos de suas terras e escravizados, também como reação a uma paisagem natural explorada e não respeitada em seus ciclos, em prol de uma economia baseada na extração e exportação com fruto no trabalho escravo. Não houve, e não há, repressão sem contra-ataque.

A classe camponesa originou-se no Brasil a partir da Lei Áurea de 1888, com a abolição da escravidão, libertando milhares de escravos sem-terra, pois não detinham bens para comprar a terra, propriedade privada instituída pela Coroa. Foram ocupando e territorializando

o interior do País, formando novas comunidades camponesas autônomas. Além disso, com a intensa propaganda na Europa de trabalho e terras disponíveis aqui no Brasil no final do século XIX, uma massa de camponeses pobres e excluídos pela industrialização emigraram para terras brasileiras, principalmente para as regiões Sul e Sudeste (ibid.).

Com a industrialização agrícola no período de 1930 e 1964, sobressai ao comando político e econômico uma classe burguesa agrária (De Carvalho, 2009; Stédile, 2011), que resultou posteriormente no processo da Revolução Verde, a qual pretendia a modernização do campo entre 1965 e 1985. Os postos de trabalho ocupados por pequenos produtores rurais passaram a ser ocupados por máquinas e por grandes empresas, intensificando ainda mais a concentração fundiária, incentivando a juventude camponesa a se deslumbrar com os empregos e salários na cidade, a fim de alimentar o exército de reserva da indústria (Singer, 1980).

A questão agrária no Brasil é demanda de longa duração. Os ecos de práticas coloniais, em grande medida até os dias atuais, permanecem como uma prática essencial na configuração do ambiente rural. Em que termos tal afirmativa pode ser constatada? Os grandes latifúndios de monocultura, concentração de terra na mão de poucos, o foco na exportação da produção, o massacre de povos originários, quilombolas, indígenas e pequenos agricultores familiares são apenas alguns exemplos que revelam como as práticas colonialistas ainda possuem uma tonalidade marcante na configuração socioespacial do ambiente rural. Fica patente, ao nosso juízo, que a luta pela terra no País nunca cessou.

No plano político, importa observar que grupos e movimentos sociais exigem do Estado que se cumpra a função de arbitragem justa em relação à questão agrária. Entretanto, é possível constatar, a partir das tensões produzidas no campo, que as ações de favoritismo para com as classes dominantes e para com os “capitalistas rurais” são a regra, e não a exceção. É o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o objeto de pesquisa deste artigo. Esse movimento atua no Brasil desde 1985, lutando por uma reforma agrária popular, pela agroecologia e pela sustentabilidade econômica, ambiental e social de seus territórios, tanto no campo, quanto na cidade.

Para o movimento, a luta pela reforma agrária e pela terra não termina após a conquista do chão. Vai muito além, transborda para a organização, a cooperação e o constante investimento na formação política e educacional dos assentados para questões profissionais e de cidadania. Para isso, diversas medidas são tomadas como vertentes do movimento, como o combate à desigualdade social, à exploração camponesa, à degradação da natureza, o lutar pela garantia da soberania alimentar, a participação igualitária do gênero feminino no movimento e da permanência da juventude no campo. Para isso, são três os pontos estruturantes: (1) o vínculo com a luta de classe proletária; (2) o compromisso com a agroecologia como proposta contra-hegemônica do modelo de produção atual; e (3) os debates e elucidação sobre temas referentes a gênero e racismo (MST, 2021).

Para concretizar tais prerrogativas, a ferramenta principal de luta do MST é a ocupação de terras que não estão cumprindo sua função social.<sup>2</sup> Na atualidade, muitas terras encontram-se com histórico de dívidas e de

processos judiciais em relação a crimes ambientais e não produzem alimentos. Por meio da ocupação em beiras de estrada e das fazendas que não cumprem seu papel social, o movimento está reivindicando que o Estado cumpra seu dever de arbitrar sobre o papel da propriedade privada, como afirma Fernandes (2001, p. 295): “A ocupação coloca como questão a propriedade capitalista da terra, no processo de criação da propriedade familiar”.

Quando a terra é ocupada pelo movimento, inaugura-se a fase de territorialização, traduzida no acampamento, o qual é o primeiro estágio de organização territorial do MST, antecedendo o assentamento. Enquanto este último é legalizado pelo Estado, instituindo direito de uso da terra ocupada, o acampamento é um processo fundamental da luta pela terra do movimento, o qual concretiza a ocupação de terras improdutivas e que não cumprem sua função social. O acampamento possui uma escala menor que a de um assentamento, pois as famílias dividem um único lote de produção coletiva e não possuem lotes individualizados para a produção de alimentos (ibid.).

Além disso, a união do campo com a cidade é fundamental para viabilizar a reforma agrária no País. A luta do MST não é isolada, transbordando pelos territórios rurais, mas também para os centros urbanos, afinal “se o campo não planta, a cidade não janta”.<sup>3</sup> A relação campo-cidade é um pilar importante na luta pela terra no País; sendo essencial, para a matriz política do MST, essa relação entre os dois territórios. Como diz o geógrafo Ariovaldo de Oliveira (1991), a luta camponesa se faz-se no campo, mas é vencida na cidade. As lutas camponesas são legitimadas com a união entre os dois polos – rural e urbano. Um dos lemas do MST é “Reforma Agrária, uma luta de

todos”, enfatizando justamente o transbordamento da matriz política do movimento para além das fronteiras dos territórios rurais.

A reforma agrária tem muito a contribuir, ajudando consideravelmente a diminuição do quadro de crise urbana instaurado, principalmente nas grandes metrópoles (Alentejano, 2020). Reorganizando os territórios urbanos por meio do combate ao desemprego e à miséria, “uma ampla reforma agrária poderia ser capaz de reverter esse quadro, possibilitando moradia, trabalho e cidadania a essa massa de explorados e excluídos” (Alentejano, 1998, p. 2), tendo a possibilidade de milhares de hectares destinados ao latifúndio do agronegócio serem aproveitados para assentarem a massa trabalhadora urbana e rural, com o devido apoio para produção e infraestrutura.

Ao estabelecermos esse arco analítico, constata-se que, entre outras demandas existentes, a luta pela reforma agrária no País não foi apaziguada, e as antigas pautas centrais desses debates só ampliaram processos de disputas e práticas de violência. Constata-se, também, que massacres dos povos que defendem uma ideologia contrária à colocada pelo mercado do agronegócio ainda são uma verdade em pleno século XXI.

A construção de “outras” paisagens, que na sua essência evidenciem o desejo de Ser e Estar em um ambiente de forma autônoma e alinhado ao seu modo de existir no mundo, abre um espaço considerável para a construção de narrativas dissidentes em relação àquelas apregoadas pelas elites dominantes; narrativas estas que representam conceitos que prezam pela integridade do trabalhador rural, pelo equilíbrio do homem com a natureza e de uma produção não estritamente

capitalista, que não vise somente ao lucro, mas à integração das comunidades e da terra na qual trabalham (Oliveira, 2007).

Apesar disso, o camponês é um produto do capitalismo, resultante do processo de transformação da agricultura feudal para a capitalista. Porém, essa classe não se encaixa na categoria de trabalhador assalariado nem de domicílio (ibid.). Mesmo a classe camponesa indo de embate com a ideologia capitalista, ela está inserida nesse meio e necessita, de certa forma, do capital para trocar sua produção por uma renda que sustente as famílias camponesas. Uma forma simples de entender a relação não capitalista camponesa é da fórmula de circulação do capital, sendo que  $D - M - D^4$  se refere à produção capitalista, onde o objetivo final sempre será o lucro sob uma mercadoria. Já, na produção camponesa, a fórmula está para  $M - D - M$ , focando na circulação de mercadorias, tendo o objetivo de transformar a mercadoria em dinheiro para poder adquirir outras mercadorias necessárias para suas necessidades (ibid.). Observa-se o modo de refazer, de inovar, na maneira de circulação básica da mercadoria no sistema capitalista, tendo, nesse processo, a base da inovação camponesa que se reflete em todo o seu modo de fazer e de viver.

Importa destacar que, nesse contexto, a relação com a terra e a natureza surge como ponto de convergência para as demais atividades correlacionadas aos usufrutos daquilo que o ambiente natural pode oferecer, mediante um movimento que segue ao encontro de ações cuja centralidade se estabelece buscando um equilíbrio em relação à natureza. É relevante ainda notar que tais motivações e práticas não ignoram as inovações da sociedade

contemporânea, levando em conta fatores políticos, socioculturais, religiosos e econômicos do espaço no qual se encontram.

Diante de uma pauta que aponta para peculiaridade de uma paisagem rural que, na sua essência, é rica em contradições culturais, que apresenta contrastes ambientais e que revela ainda uma complexa tradição de práticas colonialistas persistentes, o interesse desta reflexão consiste em formular análises a partir da matriz analítica da inovação, que, por sua vez, e salinha aos estudos da Avaliação do Desempenho do Ambiente Construído (APO)<sup>5</sup> (Rheingantz et al., 2009). Nesse sentido, tal aporte epistemológico pretende compreender: I) a organização e a construção dos elementos da paisagem política rural do MST, refletida no acampamento Cícero Guedes, e como tal paisagem é decodificada, considerando que existe uma linha tênue que separa o urbano do rural na contemporaneidade; II) na esfera sociopolítica, como os integrantes do MST tendem a lidar com essa desapareição das fronteiras entre o urbano versus o rural e, ainda, como surgem como sujeitos marginalizados para determinados grupos sociais; III) ao contrastar o debate de inovação a partir das proposições da geógrafa Tunes (2016), as questões do território, atravessadas pela visão da geógrafa Medeiros (2008), coloca-se em debate a construção de paisagens no âmbito rural sob o signo da inovação, em particular, considerando as condutas socioculturais, os hábitos do campesinato e as convenções políticas por parte do MST.

O arco de análises baseado na APO aponta, no caso desta reflexão, para uma análise mais detida, voltada à paisagem construída pelo MST no estado do Rio de Janeiro, em particular o acampamento Cícero Guedes, na cidade de Campos dos Goytacazes, na região

Norte do estado. A visita foi realizada em conjunto com o grupo de extensão CaCi<sup>6</sup> para um ato político<sup>7</sup> no acampamento. A matriz de inovação relacionada a APO auxiliou a definição metodológica aplicada para leitura do território e sua análise. Logo, aspectos relacionados à organização do território e da paisagem do acampamento favoreceram a construção de cartografias que surgem como matriz final, desenhando e favorecendo uma síntese sobre o exercício analítico proposto para o acampamento Cícero Guedes.

## Da inovação no território e na paisagem

De acordo com o dicionário Michaelis (2022), a palavra inovar significa “produzir ou tornar algo novo; renovar, restaurar”. Somando essa definição com a de inovação debatida por Tunes (2016), a qual relaciona a palavra com a capacidade de criar algo novo, o fazer diferente, percebem-se a amplitude e a extensão do conceito. Interessante também o prefixo “re” nas palavras renovar e restaurar que compõem o significado de inovar, pois ele implica algo que já existe, que não é completamente novo e original, tendo assim a possibilidade de ter inovação no já existente. É, nesse contexto, que o presente trabalho se ancora na visão da inovação, reforçando modos de ocupar a terra que se apoiam em práticas familiares de gerações, mas que, ao mesmo tempo, propõem uma maneira de trabalho rural e de ideologia campesina que vai de encontro com o padrão instaurado e reproduzido há séculos no Brasil, trazendo uma nova visão sobre o velho, refazendo as estruturas.

O inovar é também imprescindivelmente atrelado com o território, no qual tais comunidades se colocam e lutam, onde inovam suas relações de trabalho e produção diante das já postas e definidas por um sistema agrícola opressor e explorador do trabalhador rural (De Carvalho, 2009). Tal visão se posiciona contrariamente ao senso comum de inovação atrelado ao avanço do capitalismo, com suas novas relações de trabalho e de produção, englobando a tecnologia no processo e a intensa velocidade de tais mudanças na estrutura econômica e territorial do País (Tunes, 2016). Enfrentar esse sentido de inovação é, neste trabalho, justamente discutir como ir contra tal estrutura, trazendo não somente novos processos econômicos e relações de trabalho, mas, também, novas formas de ocupar um território, e como a inovação, na visão ideológica, pode construir paisagens inovadoras.

Assim, percebe-se como o inovar na formação de um território pode transbordar para diferentes vertentes, além da econômica e tecnológica, que são normalmente atreladas à inovação, tendo como uma das principais a questão da identidade, a qual é tida pelos grupos sociais que vivem em determinado território e ali praticam suas atividades econômicas, políticas, sociais e culturais. Segundo a geógrafa Medeiros (2008, p. 217), “território é um espaço de identidade”, um espaço de identificação e de manifestação da cultura pelos diferentes grupos sociais que ocupam determinado território. Tendo a inovação fortemente atrelada ao território, principalmente no que se refere à processos econômicos, como dito anteriormente, segundo Storper (1994 apud Tunes, 2016, p. 3), uma atividade é territorializada quando é possível ser exercida quase que exclusivamente naquele determinado território

e não em outro mais. Isso pode incrementar o fator da identidade do lugar e determinar também sua construção territorial e paisagística.

De fato, o modo de produção da agricultura pelos grupos camponeses marginalizados define muito sua identidade como comunidade e, por sua vez, constrói uma paisagem característica. Assim, a questão da identidade de um grupo que renova o território influencia diretamente na maneira de sua inovação e em como esta pode se expressar na paisagem. Com isso, observa-se que o território pode ser inovador não somente em um sentido econômico; mas, para isso, tem de estar alinhado com questões antropológicas densas, como a cultura e identidade dos grupos sociais que ali habitam; exprimindo suas ideologias e construindo suas relações de trabalho. Portanto, percebe-se, também, que o território pode expressar o espaço como poder político e como identidade cultural, sendo o território, apesar de possuir um certo controle político, uma apropriação simbólica, de identidade e afetiva (Haesbaert, 1997).

É possível aplicar tais conceitos nos territórios construídos e ocupados por grupos que lutam pela reforma agrária e pela terra no País, tendo os assentamentos rurais por eles construídos como cenário. Referimo-nos, neste trabalho, principalmente aos territórios ocupados pelo MST, tendo fronteiras físicas delimitadas e uma forte apropriação simbólica de uma filosofia de vida e de luta por uma causa em comum a todos no movimento. Sendo assim, a terra é sonhada e almejada, a fim de concretizar a sua conquista por meio da luta. É possível perceber como a territorialidade reflete uma dimensão múltipla vivida pelos indivíduos de um mesmo grupo, os quais passam pelo processo territorial ao

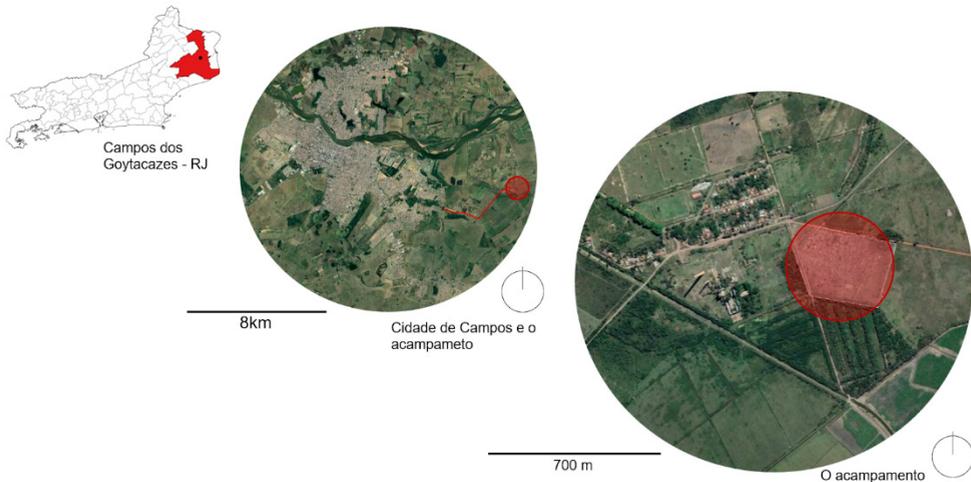
mesmo tempo que pelo produto territorial, por meio das relações sociais e de produção (Raffestin, 1993).

A multiplicidade no processo de construção de um território tem o espaço como um conjunto de mercadorias que possuem valores determinados pela sociedade (Santos, 2002, p. 104 apud Medeiros, 2008, p. 221). A identidade do MST possui essa multiplicidade no âmbito da produção do solo, das trocas, na organização do trabalho, enquanto a unidade da identidade do grupo se encontra no sociopolítico. É, nesse contexto, que se apresenta, neste trabalho, o estudo de caso do acampamento Cícero Guedes do MST, como território ocupado e construído pelo movimento.

## O acampamento Cícero Guedes – MST

O acampamento Cícero Guedes (MST) localiza-se no município de Campos dos Goytacazes, na região Norte do estado do Rio de Janeiro, conforme esquematizado na Figura 1. Fundado no dia 21 de junho de 2021, em plena pandemia causada pelo vírus Sars-CoV-2, o acampamento foi formado por cerca de 300 famílias, que se alojaram em uma das áreas do complexo das antigas fazendas Cambahyba. A área foi decretada no dia 5 de maio de 2021, pela justiça da 1ª Vara Federal de Campos, desapropriada para fins de reforma agrária, cedendo as

Figura 1 – Localização do acampamento Cícero Guedes – MST em 3 escalas: regional, urbana e local\*



\* Escala regional – identificando a cidade no estado no Rio de Janeiro; Escala urbana – identificando a localização do acampamento em relação à mancha urbana da cidade de Campos, percebendo sua proximidade com a malha da cidade; Escala local – delimitando as fronteiras do terreno do acampamento.

Fonte: cartografias elaboradas pela autora, em 2021.

terras para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Embora, entre idas e vindas de reintegração de posse, as terras da fazenda Cambahyba estivessem em processo de luta há mais de 20 anos.

O MST ocupou a fazenda pela primeira vez em 1998, em vista da primeira desapropriação por parte do Governo das terras da fazenda, destinando-as para fins de reforma agrária. Sendo assim, a posse da terra passou do seu antigo proprietário Heli Ribeiro Gomes, político fluminense eleito deputado federal em 1958, para o Estado. Além disso, o complexo da fazenda possui um passado sombrio, datado do período da ditadura militar no País. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, foi confirmado, em 2014, que os fornos da usina foram utilizados para a queima de corpos de presos políticos que eram contrários ao regime. Além disso, os integrantes do MST que ocupavam a fazenda denunciaram diversas vezes o trabalho infantil e também os análogos à escravidão que ocorriam nos terrenos da fazenda, além da degradação do meio ambiente, principalmente do solo, por conta do monocultivo da cana-de-açúcar.

Com a recente reocupação da fazenda pelo MST e tendo em vista o governo atual que dificulta o processo de reforma agrária no País, forças armadas chegaram ao acampamento com a finalidade de remover as famílias ali acampadas, pois a terra ainda não estava no direito deles de uso. Uma parte das famílias saiu do acampamento enquanto uma boa parcela resistiu e ainda permaneceu no local.

A ocupação resultante no acampamento Cícero Guedes não é a primeira na região do município de Campos dos Goytacazes, o qual tem uma histórica relação com o monocultivo da cana-de-açúcar. Ela é baseada na história de

luta de uma das primeiras ocupações do MST no estado do Rio de Janeiro, de grupos de trabalhadores e de desempregados da periferia urbana de Campos, o assentamento Zumbi dos Palmares que hoje é um dos territórios que mais produz diversidade de produtos orgânicos e agroecológicos da região. Anteriormente ao assentamento, as ocupações de Mocotó e Novo Horizonte, entre as décadas de 1950 e 1980, marcaram o início da luta contra o sistema hegemônico agrário na região de Campos. Os diversos movimentos de luta pela democratização da terra trouxeram uma mudança social na região, um novo significado de esperança em relação à terra, contribuindo para a diminuição da miséria e do desemprego (De Almeida, 2000).

A oportunidade de visita técnica no acampamento do MST Cícero Guedes se deu a partir do projeto extensionista Campo Cidade – CaCi, que assessora o principal espaço de vendas de produtos do MST no estado do Rio de Janeiro: o Armazém do Campo,<sup>8</sup> local de comercialização dos produtos agrícolas produzidos por alguns dos assentamentos rurais do MST no estado do Rio de Janeiro e de produtos industrializados produzidos por diversas cooperativas do movimento no País. Ele localiza-se na zona central da cidade, e é um espaço em que a comunidade campestre e a urbana se encontram, desmanchando as fronteiras entre os dois territórios.

A partir do ingresso no grupo, desde agosto de 2021, diversas atividades foram realizadas em conjunto com o MST, a fim de melhorar as vendas e a escoação da produção cultivada nos assentamentos. Apesar do assessoramento a uma unidade de comercialização dos produtos do movimento, existe uma conexão e interação com outras

frentes, como atos políticos, eventos, formações, etc. Devido à comemoração do aniversário de quatro meses do acampamento Cícero Guedes, motivo da realização do ato político<sup>9</sup> em meados de outubro de 2021 no próprio acampamento, os grupos CaCi e Najup<sup>10</sup> foram convidados pelas lideranças do MST do acampamento para participar do ato e comemorar o aniversário, reforçando a resistência e a luta diária das famílias que residem no local.

## Acampamento e avaliação do desempenho do ambiente construído

Para atingir os objetivos deste trabalho, os quais se referem à leitura e à identificação dos elementos inovadores que organizam o território e as paisagens construídas pelo MST, optou-se pela utilização da metodologia de avaliação do desempenho do ambiente construído ou avaliação pós-ocupação (APO), a qual se propõe a focar nas demandas dos usuários/habitantes de uma construção ou ambiente, seja ele urbano ou rural, de maneira multidisciplinar (baseando-se em áreas afins, como biologia, ecologia, geografia, arquitetura e urbanismo, entre outras) (Günther, Elali e Pinheiro, 2004). Interessante ressaltar que a APO possui suas origens principalmente na vertente da psicologia ambiental que se propõe a estudar o comportamento humano em relação ao ambiente no qual ele vive e está inserido (Rheingantz, 2000).

A metodologia de APO mostra-se fundamental para esta investigação, pois o campo de estudo ambiente-comportamento está ancorado na interação entre os indivíduos e a sua

localização física – o ambiente – assim como é onde se expressam as identidades de um povo, suas tradições e modos de vida. Nesse sentido, estudar como o comportamento e o modo de viver dos integrantes do movimento podem construir o ambiente e verificar como isso os influencia novamente. Porém, é importante enfatizar que o ambiente físico não é necessariamente um fator determinante do comportamento dos que ali habitam; mas as características de determinado ambiente são, por sua vez, estritamente necessárias para determinados padrões de comportamento (Schoggen, 1989; Bechtel, 1997).

Englobam-se, na metodologia de APO, os fundamentos da abordagem experiencial, a fim de orientar a construção dos instrumentos e a postura do observador, o qual se torna elemento fundamental da percepção do ambiente, colocando-se como sujeito dessa experiência em relação ao local que está observando e estudando (Rheingantz et al., 2009). A atenção e a percepção presentes no momento da observação são fundamentais para o desdobramento da observação incorporada, que resulta mais como uma atitude do pesquisador que perpassa todos os demais instrumentos. Ao contrário do método experimental, no qual o pesquisador cria um cenário para ocorrer determinado fenômeno que se deseja observar e estudar, o método observacional ocorre de maneira não estruturada, fora do controle do observador, podendo abranger situações com múltiplos fatores e atores (Günther, Elali e Pinheiro, 2004).

A abordagem experiencial acoplada com a observação incorporada reforça o papel do pesquisador no ato de observar um ambiente, a fim de compreender suas qualidades e características. Com isso, a bagagem social e

histórica do pesquisador mostra-se muito relevante, pois irá se manifestar em seu modo de leitura e de percepção do espaço e de seus habitantes. Portanto, é importante compreender a origem de cada pesquisador no momento da aplicação dos instrumentos da abordagem experiencial e da observação incorporada, de modo a ter um olhar crítico em relação à produção de leitura de determinado território e de seus habitantes. Importante também é tal consciência no momento das observações e das interações com as comunidades.

A observação incorporada e a abordagem experiencial foram levadas em conta no momento da visita ao acampamento Cícero Guedes – MST, quando se buscou registrar as sensações da pesquisadora no momento que estava em campo, relacionando, com seus saberes, os elementos que aprendia do lugar. Apesar disso, como a visita foi realizada em conjunto com um grupo grande e para uma atividade específica no acampamento – o ato político –, percebeu-se que as dinâmicas e as manifestações culturais dos moradores foram muito influenciadas em detrimento desses fatores.

Chegando ao acampamento, o grupo foi recebido por uma das lideranças nacionais do MST – RJ que estava no acampamento. Além de toda a comunidade ali presente, foram principalmente as crianças que brincavam em uma piscina improvisada em uma caixa d'água que foram as primeiras a saudarem o grupo e a começarem a interagir. Mesmo assim, muitas ainda ficaram receosas e com olhar de estranhamento para os recém-chegados. Já com relação aos adultos, sentiu-se um leve estranhamento, assim como um afastamento no momento da chegada ao acampamento, tanto por parte do grupo quanto por parte dos moradores.

O sentimento de ser um “estranho” àquele lugar se deu nesse momento de chegada, após quatro horas de estrada e de adentrar a uma área rural, perpassando por cenário e paisagens bem diferentes das que se enxergam na cidade de origem do grupo. Os moradores do acampamento mostraram-se tímidos e um pouco receosos em relação ao grupo da universidade; percebeu-se um certo incômodo por parte deles ao observarem os visitantes que tiravam fotos do local. Dado isso, optou-se por registrar as informações e imagens em intervalos de tempo maiores e em momentos em que o grupo e os moradores estivessem afastados, a fim de não causar intimidação na comunidade e influências no registro das observações.

Visando diminuir a distância entre o pesquisador e o ambiente/grupo, é interessante tomar uma postura da abordagem do modelo interpretativo e comportamental, em que o pesquisador se mantenha minimamente distante do objeto e estude os resultados obtidos das suas observações em um momento posterior ao da visita e do contato. Tal fator não elimina a necessidade da postura sociointerativa com o local e as pessoas, mantendo contato e trocas durante todo o processo de observação e visita de determinada comunidade (Rheingantz et al., 2009); a não ser que seja de interesse da pesquisa, optar por uma observação totalmente distanciada, como se o pesquisador fosse “invisível”, a fim de não alterar as atividades e os processos em determinado ambiente, visando observar as manifestações do ambiente em sua forma mais pura. No caso desta pesquisa, adotou-se uma abordagem sociointerativa, pois o objeto de estudo revela necessário tal postura, para compreender

camadas que, ao serem observadas com um certo distanciamento, são imperceptíveis, além da impossibilidade de o pesquisador se manter completamente “invisível” no local.

No presente trabalho, foi utilizado o instrumento da metodologia de APO que consiste no *walkthrough*, resultando na produção de cartografias e imagens que possibilitem um mapeamento de elementos que contribuem para a construção da paisagem no acampamento.

O instrumento *walkthrough* ou *walk-through* (Bechtel, 1987; Preiser, 1989) tem suas origens na psicologia ambiental e consiste em um relato do percurso realizado em determinado ambiente (pode ser um local público – como uma praça; ou um local privado – como uma escola), sendo complementado por fotografias, croquis, gravações de áudio ou vídeo, entrevistas e percepções subjetivas do próprio pesquisador. É um instrumento criado pelo urbanista Kevin Lynch, a fim de os

pesquisadores/observadores se familiarizarem com os ambientes observados (Rheingantz et al., 2009). O *walkthrough* geralmente é o instrumento utilizado para um primeiro contato e reconhecimento da comunidade/edifício que se deseja observar e estudar. A visita pode ser, e geralmente é, realizada, em companhia de uma *pessoa-chave*, uma figura que possa dar acesso ao local e realizar o *walkthrough* em conjunto com o pesquisador. No caso deste trabalho, tal fator foi fundamental para a possibilidade de acesso ao acampamento, por meio do contato do grupo CaCi com o MST e com a liderança, a pessoa-chave do local.

O primeiro ponto de início do *walkthrough* deu-se com a reunião entre todos, realizada abaixo da grande árvore, local onde existe uma grande mesa redonda na sombra da maior árvore no pátio comum do acampamento, como mostra a Figura 2. Interessante frisar que esse espaço foi escolhido

Figura 2 – Espaço de debate do acampamento Cícero Guedes – MST



Fonte: fotografia registrada pela autora, em 2021.

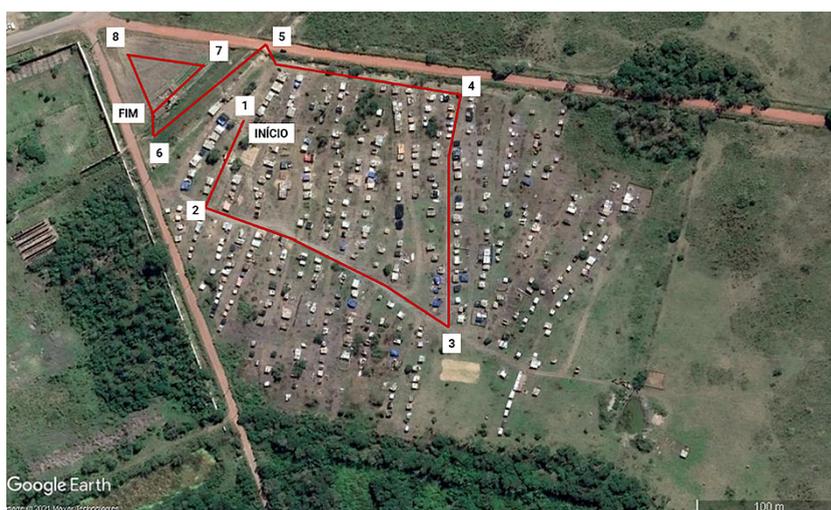
pelos acampados por ficar perto da entrada do acampamento, do barraco da futura escola, da cozinha e de banheiros comunitários; além de possuir uma vasta sombra de árvore. Nesse local ocorrem os debates, diálogos e tomadas de decisões das lideranças e dos acampados, tornando-se um marco na paisagem do acampamento. Nesse local, foi feita a separação do grupo da UFRJ em dois: uma parte iria realizar uma visita ao acampamento, guiada pela liderança, e a outra parte permaneceria ali na sede para preparação da *mística*.<sup>11</sup>

O percurso pelo acampamento pode ser notado no Mapa 1, no qual se identifica o percurso realizado com base em uma imagem-satélite do acampamento. Alguns pontos importantes foram destacados no mapa, em conjunto com observações da autora.

Ponto 1 – Refere-se ao local comunitário do acampamento, no qual se localizam: o pátio; a cozinha comunitária e os banheiros e chuveiros comunitários, como se observa na Figura 3; o barracão da futura escola que hoje funciona como local para eventos, bar e festas como se observa na Figura 4. Percebe-se o transbordamento da ideologia inovadora do movimento no trabalho da cozinha, a qual oferece três refeições diárias para todos. A partir de doações e dos produtos plantados no acampamento, é uma solução para a fome de muitos que se encontravam na cidade, trazendo segurança alimentar.

Ponto 2 – Início da via principal do acampamento, conectando os núcleos de base com o resto da estrutura viária, como se observa na Figura 5. Os núcleos de base seriam como

Mapa 1 – Mapa realizado a partir do walkthrough, indicando ordem dos locais visitados durante o percurso e os caminhos atravessados



Fonte: mapa editado pela autora, em 2021.

Figura 3 – Cozinha, pias e chuveiros comunitários construídos pelos acampados com restos de materiais de obras das vizinhanças.



Fonte: fotografia e esquema elaborados pela autora, em 2021.

Figura 4 – Barracão da futura escola e de atividades de lazer (festas e encontros)



Fonte: fotografia registrada pela autora, em 2021.

Figura 5 – Placa do Núcleo de Base 08 (NB 8)



Fonte: fotografia registrada pela autora, em 2021.

bairros, com sua organização entre poucos barracos, a fim de facilitar a divisão das tarefas entre os acampados. De certa maneira, a forma como o acampamento está organizado se assemelha à organização territorial de uma cidade: ruas, bairros e área central. Apesar disso, a maneira inovadora encontra-se no processo de autonomia que o território atinge por meio dessa estratégia organizacional.

Ponto 3 – Futuro campo de futebol. Local no qual já existem atividades recreativas e esportivas e no qual ocorreu, inclusive, um campeonato de futebol do acampamento.

Ponto 4 – Casa de oração, onde pastores e padres que visitam o acampamento pregam cultos religiosos. Interessante ressaltar que os acampados não denominam esse local como igreja, mas sim como um local de oração, sem definição de religião específica.

Ponto 5 – Entrada do acampamento e local de depósito do lixo não orgânico, o qual é queimado, pois não há coleta de lixo pela prefeitura da cidade.

Ponto 6 – Entrada para o lote de cultivo comunitário de legumes, verduras e hortaliças do acampamento, como se observa na Figura 6. A produção desse lote serve como alimentação do acampamento como um todo, apesar de cada família possuir um pequeno quintal individual para sua plantação própria. É importante ressaltar que a fonte de renda da maioria das famílias se resume a trabalhos temporários na área rural e urbana, tendo-se, assim, uma alta taxa de desemprego no acampamento.

Pontos 7 e 8 – Bosque de árvores frutíferas plantadas pelos acampados quando ocuparam a terra da Fazenda Cambahyba, com o intuito de renovar a terra ante a forte

Figura 6 – Espaço de cultivo de legumes, hortaliças e verduras.  
Área cuidada coletivamente pelos acampados



Fonte: fotografia registrada pela autora, em 2021.

degradação causada pelo monocultivo da cana. O local foi batizado com o nome de Bosque Marielle Franco.

Percebe-se, a partir do *walkthrough*, que o espaço do acampamento é extremamente organizado, tendo a estrutura de divisão do espaço característica do MST, evidenciando a unidade do movimento como nacional. A organização e a inovação expressam-se no trabalho comunitário dos acampados, no que se refere ao lote de cultivo, ao bosque, à cozinha comunitária, aos banheiros/chuveiros comunitários e à organização das vias e dos bairros em núcleos. Sendo assim, percebem-se as diversas camadas do território construído pelo movimento. Outro fator importante apreendido durante o percurso foram as simbologias e as

manifestações culturais da comunidade, expressas em bandeiras, materiais de construção dos barracos, animais, comidas, canções, gírias e atividades realizadas durante o período em que o grupo de pesquisadores esteve lá.

## Resultados e discussões

A partir da aplicação da metodologia de APO e dos seus instrumentos elencados anteriormente, foi possível perceber o ambiente a partir de elementos gráficos advindos da coleta de dados, como imagens, desenhos e cartografias; compreendendo também como o grupo se relaciona e se expressa em determinado ambiente. Porém, enfatizam-se algumas

limitações, dado que a coleta de dados é extraída das percepções do observador: as informações podem se tornar subjetivas, muitas vezes tendenciosas, podendo gerar algumas distorções. Assim, é importante o pesquisador levar em consideração o contexto socioespacial e cultural da comunidade e o ambiente que está observando.

O mapa-síntese do acampamento foi elaborado por meio do instrumento *walkthrough*, sendo um desdobramento da abordagem experiencial e da observação incorporada realizada em campo. Desse modo, foi possível a realização do mapa enfatizando desejos, sonhos e organização dos acampados no território e na paisagem. No Mapa 2, percebe-se a junção dos principais pontos e observações feitos a partir da aplicação dos instrumentos anteriores. Primeiramente a organização é feita pelo movimento, com a divisão das ruas e dos núcleos/bairros, cada um

com sua suborganização. Além disso, ao longo do *walkthrough*, foi possível detectar os pontos idealizados para projetos futuros e sonhos dos acampados, os quais estão identificados em amarelo: um campo de futebol na região sul, a escola e farmácia popular fitoterápica no barracão comunitário no pátio, na entrada do acampamento.

O projeto da escola já está em andamento e é apoiado por figuras políticas da cidade de Campos dos Goytacazes, as quais estão financiando e ajudando os acampados a construir a escola para os sem-terrinhas.<sup>12</sup> O lote coletivo, destacado em verde, refere-se ao espaço fundamental na filosofia do movimento, o qual consolida a identidade dos sem-terra. Reforça o trabalho coletivo, a luta pela reforma agrária e reafirma a identidade do MST e dos camponeses, além de promover uma dinâmica de trabalho coletiva entre os acampados e um legado para a terra da fazenda Cambahyba.

Mapa 2 – Mapa-síntese realizado a partir do *walkthrough* e de observação incorporada na visita ao acampamento Cícero Guedes – MST



Fonte: mapa elaborado pela autora, em 2021.

## A confluência da inovação, paisagem e política

A partir das imagens feitas em campo, pode-se perceber diferentes camadas que surgem da composição da paisagem do acampamento Cícero Guedes e verificar em até que nível ele traz a identidade do MST, da cultura campestre e da inovação em seu território. As camadas perpassam pela organização e pela identidade do movimento, principalmente no que tange ao refazer e ao recriar.

Na releitura da Figura 4, destacam-se alguns pontos específicos na imagem, sendo possível perceber as diferentes camadas da paisagem do acampamento surgindo a partir da fotografia. Importante frisar que a paisagem descrita aqui é construída por um grupo e que foi absorvida pela autora a partir de sua

experiência subjetiva, sendo interpretada, então, por terceiros que irão entrar em contato com este trabalho.

Percebe-se, assim, a representação e a identificação política nos próprios acampados a partir de bonés e camisetas vermelhas com o logotipo do movimento e de alguns partidos políticos de esquerda. Além disso, há mensagens nos cartazes que indicam uma aversão ao governo Bolsonaro e que também incitam a reforma agrária popular. Com a própria arquitetura do elemento construído presente na imagem, o “barracão” (como os acampados denominam), é possível perceber uma camada representativa do movimento e de sua marginalização. Ele é construído por materiais encontrados em descartes ou doações, dando a estética de “remendo” e em constante construção e renovação dos materiais construtivos, das ideias e dos debates.

Figura 7 – Releitura da Figura 4, identificando elementos que podem compor algumas camadas da paisagem do MST no acampamento Cícero Guedes



Fonte: imagem fotografada e editada pela autora, em 2022.

Somando-se a isso, o chão de terra é a grande base, trazendo à tona onde está alocada a raiz dessa paisagem: a terra.

Nas imagens e mapas apresentados no trabalho, pode-se identificar o aspecto político inovador fortemente ligado ao MST e aos territórios por ele modificados, como é o caso do acampamento Cícero Guedes. Observa-se a união da cultura e do modo de viver campestre, baseado no trabalho rural familiar e no controle dos meios/modos de produção, com o aspecto político e da luta pela terra, indo contra padrões ainda enraizados no que tange à pós-colonialidade, trazendo um aspecto inovador pela união desses dois fatores, e produzindo ideologias combinadas que repensem o velho padrão antigo do latifúndio.

Observa-se, também, como os ideais e as inovações de determinados grupos podem se imprimir na paisagem rural, a qual impacta diretamente as formas de trabalho no campo, no seu produto e conseqüentemente na estrutura social e econômica do País. Portanto, a paisagem inovadora desses grupos torna-se uma expressão política e ideológica, reforçando modelos, os quais, por sua vez, impactam a vida cotidiana de todos os brasileiros, não somente os que vivem nas zonas rurais, e sim das comunidades urbanas, as quais são alimentadas e dependem diretamente das produções no campo.

Tem-se, portanto, o MST como um movimento inovador para além do modelo de produção agrícola e de relação com a terra, mas também nas relações sociais dentro do próprio território. Debates de relações de gênero e de suas dificuldades estão cada vez mais em pauta e colocados na prática nas ações do coletivo, trazendo a igualdade de gênero como uma premissa e o respeito LGBTQIA+ na

inserção igualitária das atividades de organização e produção dos acampamentos e assentamentos do movimento (Domingues, 2007; Nobre, 2020). No acampamento Cícero Guedes, todos trabalham no lote coletivo, mulheres e homens, sempre havendo uma liderança feminina e masculina no acampamento e nos núcleos de base. Mesmo assim, observou-se que, para as atividades de alimentação, educação e cuidado com a saúde, as mulheres estão mais presentes.

Além disso, os acampados do Cícero Guedes aliam, ao modelo de produção, o renovar a terra degradada pelas ações da fazenda, renovando também a história atrelada àquele chão. Com a criação de novas memórias e uma nova saúde da terra, refaz-se e inova-se o significado atrelado daquele território que antes era palco de degradação ambiental, trabalho escravo e queima de militantes contra a ditadura.

Assim, a inovação está em refazer as práticas de cultivo ancestrais e familiares, recriar paisagens que abarcam a identidade, modo de produzir do movimento e retomar o território que lhe é direito. Além disso, cada território e comunidade de assentamento/acampamento possuem suas características morfológicas, limitações de recursos e saberes, portanto, levam a uma maneira de planejar e construir o território original e particular, trazendo à tona a inovação no fazer, construir e produzir com as peculiaridades de cada caso.

Dado isso, percebe-se a importância da leitura e do entendimento da paisagem política rural e de seus espaços de convívio, expressando seus significados e implicações nas diferentes esferas da sociedade atual. Importa ainda destacar que se faz necessário compreender as diferenças entre o espaço urbano e aquele utilizado pelo campesinato

e pelas estruturas do agronegócio no País, uma vez que são formulações que produzem paisagens distintas em seus usos, escalas e formas de apreensão dos aparatos ideológicos que nela se manifestam e que colocam a contrapelo aspectos relacionados ao capital e ao que ele subtrai daqueles que possuem uma matriz diferenciada de crenças e formas

de apropriação e reprodução coletiva do espaço. No caso do MST, são formas contra-hegemônicas, inovadoras no sentido de ir contra o padrão instaurado, que se alinham ao modo de vida de sua comunidade e que possam transbordar para outros territórios, trazendo, assim, um outro caminho possível, para todos, ante o sistema de políticas rurais vigente.

**[I] <https://orcid.org/0000-0003-0785-5880>**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

vanessa.rodi@fau.ufrj.br

**[II] <https://orcid.org/0000-0003-1335-3019>**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Belas Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

rubensdeandrade@eba.ufrj.br

## Nota de agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

## Notas

- (1) Toma-se por pós-colonialidade, neste trabalho, o que se refere aos efeitos políticos, econômicos, filosóficos e religiosos herdados pelo colonialismo nos países que sofreram a colonização, enfatizando as sequelas e os vestígios do sistema colonial que permeiam as dinâmicas sociopolíticas dos países que foram colonizados.
- (2) De acordo com a lei n. 4.504, toda terra deve cumprir sua função social, ou seja: (a) produzir alimentos, (b) não ter histórico de poluição, (c) não estar degradando o meio ambiente e (d) não possuir dívidas com o Estado.
- (3) Um dos lemas do MST, enfatizando a importância da agricultura familiar para abastecer as necessidades das cidades com alimentos saudáveis e sustentáveis. Enfatiza, também, a relação interdependente e inseparável entre cidade e campo (Melo, 2020).
- (4) Fórmula debatida por Karl Marx em *O Capital: crítica da economia política*. D refere-se a dinheiro e M a mercadoria.
- (5) O objetivo da APO consiste em obter um panorama de como um ambiente pode desempenhar positivamente ou negativamente em relação aos seus habitantes. Sendo assim, pode ser o propulsor para o reconstruir e refazer, trazendo a inovação para maneiras de pensar os ambientes construídos na sociedade.
- (6) Projeto extensionista Campo Cidade – CaCi, que faz parte do Núcleo de Solidariedade Técnica – Soltec da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. O CaCi desenvolve ações em diálogo com os movimentos sociais camponeses, tendo como objetivo assessorar a gestão e a produção de coletivos de assentamentos rurais do estado do Rio de Janeiro, no Brasil.
- (7) O ato político foi realizado em comemoração aos quatro meses da formação do acampamento. Contou com a presença de figuras políticas da cidade de Campos dos Goytacazes e de grupos da UFRJ.
- (8) Maiores informações em: <https://rio.armazemdocampo.com.br/>.
- (9) O ato político consistiu em unir grupos da comunidade urbana, como a universidade e políticos. A partir disso, foram realizadas rodas de música, manifestações políticas retomando a importância do movimento e da reforma agrária, além de uma confraternização entre os convidados e os acampados.
- (10) Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- (11) O ritual da mística é essencial para o fortalecimento do MST como movimento coletivo. Dá-se no início de toda prática sociopolítica do grupo, manifestando-se em práticas que possam ser discursivas ou não, nas quais os sem-terra se identificam com os saberes do MST. Esses rituais simbolizam uma forte união do desejo e objetivo do coletivo, atualizando as memórias de suas lutas (Freda, 2015).
- (12) Como as crianças de acampados ou assentados são chamadas.

## Referências

- ALENTEJANO, P. (1998). Reforma agrária para resolver a crise urbana. *AGB em Debate*. AGB.
- \_\_\_\_\_. (2020). Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. *Revista Tamoios*, v. 16, n. 1. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50242>. Acesso em: 15 ago 2022.
- BECHTEL, R. B. (1997). *Environment and behavior: an introduction*. Nova York, Sage.
- DE ALMEIDA, É. T. V. (2000). O protagonismo do MST em Campos – Uma alternativa à reprodução social dos assalariados da cana. *Vértices*, v. 1, pp. 27-32.
- DE CARVALHO, H. M. (2009). De produtor rural familiar a camponês. A catarse necessária. *Boletim DATALUTA*, pp. 1-24. Disponível em: [http://www.asfagro.org.br/trabalhos\\_tecnicos/agricultura\\_familiar/historia\\_do\\_Cr%E9dito\\_na.pdf](http://www.asfagro.org.br/trabalhos_tecnicos/agricultura_familiar/historia_do_Cr%E9dito_na.pdf). Acesso em: 15 ago 2022.
- DOMINGUES, E. (2007). Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicologia em Estudo*, v. 12, n. 3, pp. 573-582. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141373722007000300014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722007000300014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 16 ago 2022.
- FERNANDES, B. M. (2001). *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- FREDA, I. (2015). O ritual da mística no processo de identificação e resistência. *RUA*, v. 20, pp. 109-125. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638260>. Acesso em: 15 ago 2022.
- GÜNTHER, H.; ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. (2004). A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações. Série: *Textos de Psicologia Ambiental*, n. 23. Brasília/DF, UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.
- HAESBAERT, R. (1997). *Des-territorialização e identidade*. Niterói, UFF.
- MEDEIROS, R. M. V. (2008). "Território, espaço de identidade". In: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo, Expressão Popular e Unesp, pp. 17-36.
- MELO, M. (2020). *Mais do que nunca, se o campo não planta, a cidade não janta*. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/09/mais-do-que-nunca-se-o-campo-nao-planta-a-cidade-nao-janta/>. Acesso em: 12 ago 2022.
- MICHAELIS – Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (2022). Verbetes "Inovar". Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/inovar/>. Acesso em: 25 abr 2022.
- MST pressiona e Justiça concede imissão de posse da Usina de Cambahyba ao Incra (2021). ANDES. Disponível em: <https://bityli.com/ZZcHDc>. Acesso em: 27 abr 2022.
- NOBRE, N. C. F. (2020). *Lições e experiências do público LGBTQIA+ no ambiente do MST*. Trabalhos de Conclusão de Curso. Especialização Enap.
- OLIVEIRA, A. U. (1991). *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo, Contexto.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo, FFLCU/Labur Edições.

- PREISER, W. F. E. (ed.) (1989). *Building evaluation*. Nova York, Plenum.
- RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática.
- RHEINGANTZ, P. A. (2000). *Aplicação do modelo de análise hierárquica coppedec-cosenza na avaliação do desempenho de edifícios de escritório*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RHEINGANTZ, P. A et al. (2009). *Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura.
- SANTOS, M. (2002). *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Edusp.
- SCHOGGEN, P. (1989). *Behavior settings: a revision and extension of roger baker's ecological psychology*. Stanford, Stanford University Press.
- SETOR DE PRODUÇÃO COOPERAÇÃO E MEIO AMBIENTE, MST (2021). Plantar árvores, produzir sementes, v. 1.
- SINGER, P. (1980). *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense.
- STÉDILE, J. P. (org.); ESTEVAM, D. (assistente de pesquisa) (2011). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional — 1500-1960*. São Paulo, Editora Expressão Popular.
- STORPER, M. (1994). "Territorialização numa Economia Global. Possibilidades de Desenvolvimento Tecnológico, Comercial e Regional em Economias Subdesenvolvidas". In: LAVINAS et al. *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- TUNES, R. (2016). Geografia da inovação: o debate contemporâneo sobre a relação entre território e inovação. *Espaço e Economia*, ano 5, n. 9.

Texto recebido em 30/abr/2022

Texto aprovado em 16/jul/2022